

## PERIFERIAS, PANDEMIA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: uma análise da realidade brasileira sob a luz de aspectos econômicos, políticos e religiosos

*Peripheries, Pandemic and precarious work: an evaluation of the Brazilian reality in the light of economic, political and religious aspects*

Tatiana Aparecida Cleto Oliveira Tardelli<sup>1</sup>, Elisa Maria Andrade Brisola<sup>1</sup>, Angela Michele Suave<sup>1</sup>

### ORCID IDS

Tardelli TACO - <https://orcid.org/0000-0002-1603-5780>

Brisola EMA - <https://orcid.org/0000-0002-9571-0923>

Suave AM - <https://orcid.org/0000-0002-2927-3438>

### INTRODUÇÃO

No contexto da pandemia do novo coronavírus, as classes trabalhadoras, de forma particular, enfrentam acentuadamente os seus efeitos, tanto do ponto de vista da saúde, com grande número de contaminados e mortes, quanto também da precarização das condições de trabalho e desemprego, sobretudo nas periferias das cidades brasileiras. A crise sanitária aprofunda a crise econômica e política já existentes no país e atravessa as políticas sociais com a sua desconstrução aguda e radical.

O trabalho informal é desprovido de proteção e de direitos. Além dessa precariedade já comumente ocorrida, a proibição de aglomerações necessária para conter o vírus impactou aqueles que dependiam delas para obter renda, o que agravou ainda mais a situação desses trabalhadores. A contrapartida governamental a essa situação caótica foi o auxílio emergencial de 600 reais aos trabalhadores informais. Isso, na prática, não aliviou a situação socioeconô-

mica dos trabalhadores, tendo em vista que em regiões periféricas e em comunidades a possibilidade encontrada pela população tem sido pela auto-organização, a qual tem por base a solidariedade por meio da construção de redes que envolvem as comunidades, associações de bairro, sindicato de trabalhadores, movimentos sociais e organizações virtuais para arrecadação de diversos produtos básicos para a sobrevivência dessa população. Porém, tais ações não respondem às demandas sociais e econômicas pré-existentes à crise sanitária e que se agravaram de maneira efetiva, como, por exemplo, a fome.

Nesse sentido, a entrevista com o prof. Dr. Ruy Braga da Universidade de São Paulo (USP) objetivou refletir sobre a Pandemia, a precarização do trabalho e periferias, como desdobramento do I Seminário Interdisciplinar do Mestrado em Desenvolvimento Humano -2020. Entendemos que a formação dos estudantes ultrapassa a dimensão do ensino e requer participação nos debates contemporâneos. Nossa finalidade no Seminário foi trazer elementos da realidade que

<sup>1</sup> Universidade de Taubaté

Autor Correspondente: [tatycleto@hotmail.com](mailto:tatycleto@hotmail.com)

contribuam com as pesquisas, de modo a qualificá-las, e possibilitou reflexões sobre os caminhos possíveis para intervenções e pesquisas que contribuam com as necessárias mudanças sociais para sairmos desse momento de crise.

Ruy Braga é especialista em Sociologia do Trabalho, professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, realizou pesquisas de pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley. Atualmente, é chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, além de estabelecer relação estreita com movimentos populares periféricos, bem como sua participação recente no Círculo de Formação sobre Marxismo e Periferias organizado pela Rede Emancipa. Enfim, nosso entrevistado é uma referência intelectual da Sociologia nos estudos do trabalho e do marxismo.

## VAMOS À ENTREVISTA

**Entrevistadoras:** Em uma produção recente intitulada: “A tempestade perfeita: Autoritarismo, Trabalho e pandemia”, você diz que, nesse contexto da pandemia, o trabalho conheceu sua tempestade perfeita, considerando: altas taxas de desemprego; subemprego; informalidade e crise econômica. Em sua opinião, quais são os setores da classe trabalhadora que mais estão sofrendo com essa situação? E como esse processo está ocorrendo?

**Ruy Braga:** Olha, na realidade todos os setores da classe trabalhadora que são considerados subalternos encontram-se em uma situação realmente muito dramática do ponto de vista de emprego. Tendo em vista essa combinação, vemos que a partir de 2015/2016 houve uma queda muito abrupta do PIB, com aumento e elevação muito rápida da taxa de desemprego, que sai de 6 para 12%, e que se estabiliza nesse patamar até os dias de hoje. Provavelmente teremos um aumento também significativo da taxa de desemprego com esse contexto de pandemia e, principalmente, com a aprovação em novembro de 2017 da Reforma Trabalhista, que produziu esses dois efeitos. Por um lado, facilitou as demissões, e por outro lado contratualizou o trabalho, ou seja, aumen-

tou, multiplicou as formas de contratação que eram consideradas antes atípicas, como, por exemplo, de trabalho intermitente. Então vamos ver que todos os setores da classe trabalhadora foram atingidos de maneira um pouco desigual por esse aumento muito repentino da taxa de desemprego. Mas eu destacaria alguns. O setor, por exemplo, ligado à indústria de transformação, que recebeu um impacto muito forte com a crise de 2015/2016, e que foi seguramente um dos setores mais atingidos pelo aumento do desemprego, enfim, pelo aumento das demissões. E eu destacaria também o setor formal. Ou seja, tem-se uma elevação muito rápida, como eu disse, do desemprego, e a dinâmica é um pouco essa, como nós vínhamos de uma onda de formalização do trabalho que se estendeu em torno de treze a quatorze anos, tinha-se um mercado um pouco mais estruturado, ainda que os empregos pagassem pouco. Mas o mercado formal de trabalho, com a crise 2015/2016, passou por uma reviravolta. A partir de então, o que se tem é uma troca permanente de trabalho formal e trabalho informal. Então, os setores que mais foram atingidos seguramente foram esses. Por um lado, a classe trabalhadora industrial, e, por outro lado, o setor informal da economia.

**Entrevistadoras:** Então, Ruy, se pensarmos que esse processo de precarização do trabalho começou já nos anos 90, depois se agrava com a reforma trabalhista, como você já abordou, afetando profundamente os trabalhadores, como você vê a possibilidade de reversão desse quadro pelas classes trabalhadoras a médio prazo?

**Ruy Braga:** Olha, eu sou um pouco cético no sentido de que me parece que essa tendência à informalização do trabalho deve permanecer por um bom período, vamos dizer. É porque nós temos uma combinação muito perversa e um processo de desindustrialização que não é de hoje, já tem aí em torno de uns 10 para 15 anos mais agudamente falando.

**Entrevistadoras:** No governo Lula já vinha ocorrendo essa desindustrialização?

**Ruy Braga:** A desindustrialização já vem acontecendo desde a época do Fernando Henrique. Mas com muito rigor a indústria de transformação é mais atingida no final dos anos 90 e começo dos anos

2000, e atravessa todo o período Lula e Dilma, enfim, como uma tendência muito forte. Então, a desindustrialização é muito perversa com o emprego formal e, principalmente, com aqueles empregos que pagam melhor, porque o setor industrial opera a taxas de produtividade mais elevadas do que normalmente, tanto no setor de serviços, por exemplo, quanto na agricultura. Por isso, normalmente, é um setor que atrai força de trabalho mais qualificada. E a força de trabalho mais qualificada, além de ela ser mais produtiva, tem essa característica de ter qualificações escassas, isso tende a fazer com que esse trabalho no setor da indústria seja um trabalho formal e melhor remunerado. Como a gente teve uma transição bastante longa, da economia baseada na indústria para o setor de serviços, o setor de serviços normalmente absorve uma força de trabalho menos qualificada. Depende muito do setor. Mas no setor de serviços, de maneira geral, a força de trabalho é menos qualificada comparativamente à indústria, e com esse aumento do desemprego e do subemprego associado à reforma trabalhista, o que se verifica é uma descontinuidade no mercado de trabalho brasileiro, e uma descontinuidade que tende a favorecer a informalidade ou subemprego, o trabalho intermitente, por exemplo. Então, em um futuro próximo, não vejo como essa tendência pode ser revertida, até porque nós não temos uma taxa de poupança interna capaz de alavancar o investimento.

O Estado está muito endividado e o setor internacional tem colocado pouco dinheiro do ponto de vista de investimentos externos diretos no país. Assim, uma revigoração, uma revivificação da indústria, uma revigoração do investimento nesses setores mais produtivos, não me parece que está no nosso horizonte imediato. Eu tendo a achar que o que pode eventualmente reverter essa tendência à informalização é o processo de mobilização dos próprios trabalhadores, em especial dos trabalhadores do setor de serviços, no sentido de exigir a regulação do trabalho, ou seja, no sentido, por exemplo, pressionar por uma revisão da reforma trabalhista de 2017, ampliar direitos, e, ao mesmo tempo, regular essas atividades que foram mais atingidas pela crise a partir de 2015/2016.

**Entrevistadoras:** O setor de serviços é menos organizado e mais pulverizado, não é Ruy?

**Ruy Braga:** O setor de serviços é, sem dúvida. E os trabalhadores são representados por sindicatos bem mais frágeis. Então, isso tudo desfavorece um processo de formalização do emprego. Pelo menos em um futuro imediato, acho que é essa, um pouco, a tendência que se tem. É claro que hoje com pandemia, com a crise, algumas ideias estão circulando, ideias que eu considero bastante importantes, que podem mitigar essas tendências, em especial a discussão sobre a renda cidadã. Os rendimentos assegurados aí de maneira incondicional. E isso poderia mitigar em alguma medida essa tendência que se verifica e que deve se verificar no futuro imediato de informalização e difusão do subemprego no país.

**Entrevistadoras:** Então, temos assistido também já há algum tempo um profundo avanço tecnológico, e esse avanço tem produzido o aumento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, principalmente agora com essa nova onda da chamada indústria 4.0. Que perspectiva podemos antever para o mundo do trabalho tendo em vista a indústria 4.0?

**Ruy Braga:** Os países que ficarem de fora dessa onda de renovação tecnológica vão perder. Já estão perdendo, na verdade. Então, se você observa por exemplo a China, tem feito um esforço muito notável de adquirir empresas tecnologicamente avançadas em especial europeias, muitas delas alemãs, para tentar diminuir o *gap* tecnológico relativo à comparação com países como a própria Alemanha e Estados Unidos. Por que isso? Porque a tendência, a difusão do desenvolvimento das tecnologias de automação complexa, em especial inteligência associados à inteligência artificial, *Machine Learning* e *Big Data*, são tendências que vieram para ficar quando você pensa na competição internacional de ponta. O que evidentemente produz alguns efeitos. O primeiro deles é que somente os países que conseguirem efetivamente investir em ciência e tecnologia alcançarão propriamente um patamar capaz de mantê-los na competição no mercado internacional. O que significa que aumenta também o fosso entre os países tecnologicamente avançados e os não avançados, os dependentes, como é o caso brasileiro. Se o Brasil

não conseguir propriamente se inserir nessa nova rodada do desenvolvimento tecnológico, realmente vai bloquear o seu próprio desenvolvimento econômico social por muitas décadas, e é o que está acontecendo na realidade. O país consome tecnologia, produz muito pouco, investe pouquíssimo em ciências e tecnologia. As empresas que são empresas tecnológicas de ponta, como é o caso da Embraer e da Petrobras, estão passando por dificuldades e isso mitiga. Por outro lado, enfraquece os projetos de desenvolvimento nacional, do ponto de vista, vamos dizer assim, sobre o impacto, sobre a questão do trabalho.

Eu diria para você, para citar um exemplo, que as taxas de desemprego mais baixas no mundo são exatamente daqueles países que têm essas tecnologias mais desenvolvidas: Alemanha, China, Japão... Enfim, mesmo recentemente, até antes da pandemia os Estados Unidos, os países que são tecnologicamente mais desenvolvidos, são os que têm as taxas mais baixas. E os países que são retardatários, que têm tecnologia defasada e que não conseguiram dar esse salto tecnológico, a se engajar nessa última revolução tecnológica, são aqueles que têm taxas de desempregos mais elevadas, como é o caso do Brasil, da África do Sul e tantos outros países que não conseguiram se inserir nesse processo de redefinição da divisão internacional do trabalho, enfim. E não tem propriamente um planejamento, um projeto para se engajar nessa corrida tecnológica. Nesse sentido, me parece que se nós não enfrentarmos e, de alguma maneira, superarmos as nossas dificuldades no sentido de colocar o país alinhado minimamente a essa nova revolução tecnológica, lidaremos com rendimentos do trabalho muito baixos, baixa produtividade, e continuaremos a lidar com altas taxas de subemprego e informalidade. Está tudo relacionado a esse momento que a gente está vivendo agora, do ponto de vista do trabalho.

**Entrevistadoras:** Nós temos a tendência de achar que, em geral, é a tecnologia que produz o desemprego, e, na verdade, não é uma relação direta.

**Ruy Braga:** A tecnologia, sem dúvida tem um impacto sobre o desemprego, tem-se desemprego tecnológico e coisas do gênero, mas não é a tecnologia que produz o desemprego, é a reprodução das rela-

ções sociais de produção capitalistas que produzem o exército industrial de reserva e o desemprego. Então, o ponto aqui é a tecnologia. Na sua trajetória, ela apenas desemprega? Não, ela também emprega, porque cria novos setores que vão absorver uma força de trabalho jovem, entrante no mercado de trabalho, que se qualificam para tanto. Assim, é o que absorve outros setores que foram desempregados e que conseguiram se requalificar. O problema aqui é que em uma economia mundial cada vez mais competitiva, os países que não conseguirem fazer parte disso, que não conseguirem sustentar um esforço de investimento capaz de fazer frente à competição, vão ficar para trás. Ficar para trás significa comprimir os rendimentos do trabalho. Ficar para trás significa conviver com taxa de desemprego muito alta. Ficar para trás significa uma série de fatores que a tecnologia em si mesma, tomada em si mesma, não resolve, mas, se inserida em todo o arranjo institucional, ligando aí as Universidades, a qualificação do trabalho, pode oferecer.

**Entrevistadoras:** Trazendo um pouco mais a discussão para o campo político, considerando que existe essa crise que está ocorrendo devido às relações capitalistas estabelecidas no mundo do trabalho, além também do fenômeno do bolsonarismo, com eleição de um governo de extrema-direita em 2018. Gostaríamos que você falasse sobre as explicações para esse fenômeno do bolsonarismo. Como você enxerga isso, o que leva a esse fenômeno?

**Ruy Braga:** Do ponto de vista da escolha eleitoral dos setores, de classe média tradicional ou mesmo das elites, que ganham acima de 10 salários mínimos por exemplo, é muito claro o alinhamento com o candidato Bolsonaro, que se deu, por assim dizer, pelo antipetismo ou para uma reação anti-PT. Os quais têm muito a ver com os escândalos de corrupção, mas têm a ver também com o contexto de crise, de 2015/2016, e o baixo, baixíssimo crescimento do governo Temer que deteriora as condições macroeconômicas de reprodução das classes sociais e impede que uma saída ou uma solução economicamente progressista se coloque no horizonte. Tem todo um processo de fechamento das instituições, além do judiciário muito ensimesmado, corporativista, que participou do golpe do impeachment da Dilma e que



também contribuiu para essa situação de caos político que o país viveu durante algum tempo, a partir, em especial, do segundo governo de Dilma.

Contribuíram as escolhas do próprio governo do PT, do segundo governo da Dilma Rousseff, porque adota políticas neoliberais num momento de crise econômica. O que prejudicou muito o quadro geral de crise e ajudou a aprofundá-la em um patamar inédito até então: uma queda de 7% em dois anos. Ou seja, isso também é um elemento muito forte, e do ponto de vista do voto popular. O que se verificou ao longo praticamente dos últimos 20 anos foi um movimento de mercantilização do modo de vida das cidades, das famílias trabalhadoras, que acabou fazendo com que as pessoas, apesar de terem empregos que pagam muito pouco, ainda que fossem empregos formais, vivessem em condições muito inseguras. Inseguras também do ponto de vista da renda, o que durante um tempo foi, de alguma forma, equilibrado por políticas públicas focadas nos setores mais vulneráveis dos governos do PT, e que ajudou a mitigar esse quadro de insegurança das famílias, de endividamentos. E isso acabou esboroando a partir da crise 2015/2016, quando aumenta muito desemprego, subemprego, e assim sucessivamente.

Isso, subjetivamente, tem um crescimento exponencial no neopentecostalismo das igrejas evangélicas no meio popular, que era algo que não existia no país até então. Dessa forma, nos anos 2000/2010 isso aumenta muito, e hoje se fala que 30% da população brasileira é evangélica. E os evangélicos, do ponto de vista dos costumes, tendem a ser mais conservadores e mais refratários a certas pautas e agendas que foram pautas da esquerda durante os períodos de prosperidade dos governos Lula e Dilma. Eles acabaram votando nos governos do PT de maneira pragmática, mas quando houve a crise, começaram a surgir no horizonte alternativas ao PT e à esquerda, como é o caso do Bolsonaro. Esses setores evangélicos tenderam a abandonar o PT. Eles já tinham abandonado na segunda eleição da Dilma, mas tenderam a se aglutinar em torno da candidatura do Bolsonaro, até porque ele apresentava uma agenda, do ponto de vista dos costumes, muito conservadora. Enfim, nesse sentido, alinhada aos desejos e aos anseios dessas igrejas, houve uma série de fatores. São fato-

res econômicos e políticos. Na crise política, fatores como representação das classes, ideologia, enfim, os valores conservadores que foram se difundido no meio popular. Isso tudo ajuda a entender um pouco a eleição do Bolsonaro. Vamos assim deixar de fazer referência a outros fatores importantíssimos, como é o caso da burocratização dos movimentos sociais, com os movimentos sociais, sindicais, muito distantes de suas bases. Isso tudo afasta as classes subalternas dos seus representantes de esquerda, vamos colocar nesses termos, e favorece naturalmente o avanço da extrema-direita.

**Entrevistadoras:** Ruy, você falou do neopentecostalismo, fez essa relação com o empreendedorismo no seu texto, e queríamos saber como você pensa que essa relação alcança as favelas e as comunidades periféricas, onde se concentra a maior parte dos trabalhadores que são informais e precarizados. Você acha que isso é pela religião, por causa dessas igrejas, dos valores e dos costumes que você está trazendo?

**Ruy Braga:** Precisamos entender que, nos últimos 20/25 anos, as periferias brasileiras, nas grandes cidades, passam por um processo de transformação muito agudo de crescimento e de transformação, como também de seu modo de vida, das suas características. Que são características do mundo urbano, da vida cotidiana, da própria relação desses setores subalternos com a cidade e muitas questões ligadas, por exemplo, à segurança pública, que emergem e passam a ter uma importância muito aguda na vida, no dia-dia das pessoas. E, nesse contexto de mudanças das periferias, de mudança da própria estrutura urbana, temos a mercantilização das periferias, das comunidades, dos bairros, das favelas, o que implica, entre outras coisas, o aumento da insegurança das famílias trabalhadoras ligadas ao pagamento de aluguéis e serviços, serviços que são praticamente todos privados, e assim sucessivamente.

Por isso, houve uma mudança muito aguda das cidades. Nesse contexto, nós já havíamos experimentado desde os anos 80, passando os anos 90, uma elitização do catolicismo. A Igreja Católica, foi se elitizando, foi se orientando para os setores médios tradicionais, e deixou um vazio muito grande do ponto de vista da cultura da religião, dos valores religio-

sos, principalmente nas periferias, que se sentiram abandonadas. Foi essa a causa mais estrutural para o avanço desse empreendedorismo evangélico. Essa forma, colocamos assim, de evangelizar baseada na competição entre diferentes denominações. O que não acontecia na Igreja Católica, por exemplo, que era uma forma centralizada de decidir a ocupação do território pelas igrejas e assim por diante. Então, tem-se o empreendedorismo evangélico, ou seja, abrir a igreja funciona, do ponto de vista das igrejas neopentecostais, como a Igreja Universal, como um esquema de pirâmide, e uma espécie de terceirização do empreendimento da fé. Mas tem muito empreendedorismo popular, com pequenas igrejas se multiplicando nas periferias. Isso criou redes de solidariedade nos bairros, criou redes de autoajuda nesses setores periféricos, e atraiu propriamente trabalhadores informais e trabalhadores formais de maneira geral, para um contexto de formalização do mercado de trabalho.

O número de trabalhadores formais é mais comumente encontrável nessas igrejas, mas avançou quando se agravou a crise de 2015/2016. O que se verifica é uma informalização do trabalho. Então, temos uma combinação de diferentes tendências, cuja somatória na realidade aponta para essa direção, para o estabelecimento daquilo que eu chamei de afinidade eletiva entre o neopentecostalismo e o empreendedorismo popular. Temos ali uma combinação de dois fatores, com duas tendências fortes: numa ponta, o avanço do neopentecostalismo, que é representado pela teologia da prosperidade, e, na outra ponta, o empreendedorismo, que sempre existiu nas periferias, mas que aumenta muito com a informalização do trabalho e também com a própria competição entre os trabalhadores informais pelas mesmas oportunidades de negócios, principalmente nos bairros. Mas não apenas, isso também ocorre nos centros urbanos. Enfim, isso acaba produzindo esse efeito que aproxima os trabalhadores informais das igrejas neopentecostais, que, por sua vez, oferecem a esses trabalhadores uma maneira de lidar com a insegurança, com a angústia e também estimulam a volição para o trabalho. O aspecto subjetivo da vontade de trabalhar em uma situação de informalidade com jornadas muito longas e rendimentos muito incertos. Então, a igreja, a religião, principalmente os

valores religiosos, oferecem esse esteio. Esse apoio que ocorre tanto do ponto de vista do desenvolvimento de redes de proteção nos bairros periféricos, quanto do apoio psicológico. Em um contexto de aumento do sofrimento psíquico, das angústias pessoais ligadas à insegurança do mundo do trabalho.

O empreendedorismo religioso é algo que disciplina as pessoas. Então, quando você observa as igrejas evangélicas, há um método mesmo. Tanto as igrejas evangélicas tradicionais têm método quanto as neopentecostais, ou seja, um plano de crescimento que é muito estruturado em torno de uma espécie de “plano de negócios”, entre aspas. Isso forma certo ápice na periferia, atrai pessoas que têm, inclusive, interesse em fazer com que essas igrejas sempre avancem. Eles próprios se transformam em pastores, ou seja, muitos, muitos pastores que encontramos na periferia são antigos trabalhadores informais, pessoal da construção civil. Dessa forma, temos aquilo que poderíamos chamar de um regime disciplinar, que vai moldando as vontades dos corpos desses trabalhadores, principalmente os informais.

**Entrevistadoras:** E a teologia da prosperidade influencia demais essa lógica também do querer e do ter. É muito forte essa conjunção mesmo.

**Ruy Braga:** É, porque envolve tanto a questão do dízimo, a de que se precisa fazer dinheiro para pagar o dízimo para a igreja, que é importante para ela, mas também, principalmente, a questão de que Deus basicamente deseja que a pessoa esteja bem, materialmente falando.

**Entrevistadoras:** Indo para o campo econômico, e considerando a direção liberal do governo Bolsonaro, quando ocorre uma crise sanitária, há um choque. Com ela, aparece, de novo, a necessidade de políticas sociais. Como você analisa as políticas governamentais diante da crise econômica e sanitária que o país atravessa?

**Ruy Braga:** O governo Bolsonaro se viu obrigado a responder minimamente esse contexto de pandemia, com pressão pressionado do Congresso Nacional, a ampliar o alcance das políticas públicas, em especial, as políticas de distribuição de renda. É o caso do auxílio emergencial, atualmente. E esse pro-

jeto de transformação do auxílio em uma espécie de Renda Brasil, incorporando o Programa Bolsa Família, ou seja, o governo, para enfrentar minimamente o contexto pandêmico econômico, acabou tendo que reagir reforçando programas ou criando, como é o caso do auxílio emergencial, no sentido de sustentar minimamente os rendimentos desse setor, principalmente o mais informal. Então, não foi uma opção do governo apostar nisso, prometer isso, de notabilizar propagandas dessas políticas. Em absoluto, era um governo que não assumia, por exemplo, a existência da Fome.

O então candidato à presidência Jair Bolsonaro, durante a campanha, e mesmo depois de ser eleito, dizia que não existia fome no Brasil. Não fez promessas relativas à distribuição de renda. Ao contrário: o plano sempre foi ultraneoliberal, ou seja, de concentrar renda. É um governo que apostou na destruição do polo protetivo do trabalho, conseqüentemente, da concentração dos rendimentos do trabalho. Enfim, então é um governo, colocamos assim, completamente refratário a essa agenda. Mas a realidade se impôs e, com o receio de que a crise social se aprofundasse ainda mais, ele lança mão desses expedientes, em especial o auxílio emergencial mal desenhado, mal executado, mal implementado. Ignorou a rede de assistência social, ignorou o fato de que pagar em três parcelas gera aglomerações em agências. Enfim, um monte de problemas ligados a ele, com denúncias de fraudes, um monte de problemas ligados à análise do cadastro e assim por diante. Teria sido preferível pagar em uma única parcela, usando a rede de proteção social, usando a Assistência Social, que é muito capilarizada, em especial nos municípios mais carentes, mas nada foi feito. Ele foi feito dessa forma açodada, atabalhoada, com muito viés clientelista. E temos essa ajuda: um auxílio emergencial como a principal cartada do governo na crise. Teve o efeito, porque atingiu, de fato, um conjunto grande de famílias, principalmente famílias que ganham até dois salários mínimos, fez com que essas famílias que ganham até dois salários mínimos se aproximassem mais do governo.

Quando você observa os dados mais recentes, percebemos que as famílias que recebem até dois salários mínimos pulam de 32%, de apoio ao governo,

para 52%. Aumentam-se 20 pontos da base social e os trabalhadores informais permanecem próximos ao governo. Então, significa que o auxílio emergencial é a principal arma do governo para manter-se, minimamente ali, popular. Enfim, ao segurar a sua base de apoio mais popular agora, o auxílio acaba. Ele é uma política pública que tem prazo de validade: o Ministério da Economia está falando em ampliar por mais três meses, pagando aí 600, 500 ou 400 reais, não se sabe exatamente o que vai acontecer. No entanto, se o país não fizer um ajuste, um ajuste das contas públicas, um ajuste tributário, uma reforma tributária muito importante, não tem como sustentar esse esforço. É insustentável no atual marco tributário. Dessa forma, a crise veio para ficar, se aprofunda, vamos ter anos muito ruins de crise pela frente e, conseqüentemente, esse apoio que ele obteve com o auxílio emergencial e o seu efeito deve-se diluir ou desaparecer em pouco tempo.

**Entrevistadoras:** Ruy, diante dessa crise aberta que está acontecendo, alguns movimentos bolsonaristas, milícias reais e digitais, organizaram movimentos que reivindicavam a volta da ditadura e a defesa do AI-5. Isso causou uma crise entre os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, então gostaríamos de saber como você avalia a democracia nesse momento. Ela está em risco?

**Ruy Braga:** Depende de como qualificamos a democracia. O que tem ocorrido como ameaça à democracia, é aquilo que podemos chamar de golpes furtivos, ou seja, iguais aos que são feitos: contra a vontade popular democrática, contra as instituições, mas no interior dessas mesmas instituições, muitas vezes levados adiante por setores ou frações da burocracia que comandam essas próprias instituições democráticas. E em alguns contextos com eleições, outros com eleições seguidas, por mudanças muito radicais da Constituição – é o caso notoriamente da Hungria. Então, temos ameaças à democracia que não são ameaças de golpe no sentido tradicional, mas que são ameaças de golpe contra as minorias, contra os setores mais vulneráveis, contra as classes populares, contra os imigrantes, contra o Estado Social de Direito no sentido mais amplo, no sentido mais generoso, no sentido mais autêntico do termo. E, nesse caso, eu acredito que sim, ou seja, a eleição

do Bolsonaro, como foi apoiada em *fake news*, sucedendo um período de crise política muito aguda. Crise que combinou o golpe de 2016, com a prisão do Lula, que na época era o principal líder das pesquisas, ou seja, o sequestro da eleição com a prisão do Lula e, finalmente, essa forma de fazer política, que eu considero uma forma necropolítica do governo Bolsonaro, de eleger sempre um inimigo interno e mobilizar os setores que o apoiam contra esse inimigo no sentido de exterminar esse inimigo e fazer com que as instituições se mobilizem exatamente na direção de acompanhar sua própria vontade de destruir aquele inimigo, e assim sucessivamente. Me parece que é um caso bastante típico de golpe furtivo. Essa sequência de eventos, o *impeachment* sem crime de responsabilidade, a prisão do Lula, agora, essa necropolítica estabelecida no país, tudo isso coloca a democracia brasileira em risco, coloca as garantias da Constituição de 1988 em risco, o Estado Democrático em risco. Cabe, então, aos setores progressistas democráticos populares, reagirem a esse quadro. Quadro de ameaça à democracia, que, para o Presidente da República apoiar manifestações contrárias às instituições, poderiam muito claramente, muito facilmente serem enquadradas na Lei de Segurança Nacional. Então, isso tudo compõe esse quadro que estamos vivendo.

**Entrevistadoras:** Em relação às saídas ou aos caminhos para a classe trabalhadora e para a esquerda?

**Ruy Braga:** Nós tivemos no dia primeiro de julho de 2020 um exemplo daquilo que é necessário fazer: uma auto-mobilização de trabalhadores entregadores de aplicativo, tentando resistir a esse modelo de negócio, que é um modelo de negócio que espolia os direitos trabalhistas que impedem o acesso dos trabalhadores aos direitos trabalhistas. E que tem, vamos dizer assim, produzido uma exploração do trabalho muito aguda, com longuíssimas jornadas e baixíssimos salários. Esses trabalhadores se mobilizaram nacionalmente, em um período de tempo muito curto, em poucas semanas de organização desse movimento. Um movimento feito pelo *WhatsApp*, com núcleos descentralizados espalhados pelo país, com a participação tanto de associações, quanto de grupos que se formaram no próprio processo de mobilização e pela defesa da democracia, no caso dos atos das torcidas de fascistas, com apoio de sindicatos

que atuam no setor, com o apoio de estudantes, com o apoio de associações de professores. Isso tudo veio à baila no momento de perda de credibilidade do governo diante da questão da pandemia, do enfrentamento da pandemia, de maior fragilização do governo, porque houve toda essa questão do Fabrício Queiroz sendo preso. Enfim, os processos que correm na justiça, coisa do processo inaugurado pelo Supremo Tribunal Federal contra as *fake news*, que fragilizam muito as bases bolsonaristas, em especial, a milícia virtual, certa reação dos governadores de controlar as próprias PM's estaduais dos diferentes estados. Isso tudo, de alguma forma, esboça aquilo que a gente poderia chamar de uma grande frente democrática, contra as ameaças autoritárias, que vai amalgamando setores dos trabalhadores formais e trabalhadores informais hoje. Setores do Judiciário e setores do mundo político, da vida política tradicional, setores dos movimentos sociais, OAB, partidos políticos, igrejas, cidadãos, enfim, aqueles que lutam pela cidadania, que lutam pelos direitos.

Então, temos assim uma ampla frente se formando, no sentido de reagir e, ao mesmo tempo, bloquear o avanço desse projeto autoritário filofascista necropolítico do Senhor Jair Messias Bolsonaro, suas milícias reais e virtuais. Acho que devemos apostar nisso, apostar na formação de frentes amplas em defesa da democracia e, no interior dessas frentes, construir com os atores uma solução, uma saída propriamente progressista para nossa crise, uma saída que passe, por exemplo, pelo reconhecimento dos Direitos Trabalhistas desses trabalhadores que trabalham na plataforma, a defesa dos direitos sociais, do direito previdenciário, a defesa de uma reforma tributária progressista, ou seja, avançada. A defesa propriamente das instituições da democracia dos direitos, isso tudo precisamos fazer.

**Entrevistadoras:** Estamos muito felizes com a sua entrevista, com você sempre contribuindo muito para a nossa formação. Então, a ideia é socializarmos essa análise por meio da Revista Ciências Humanas da Universidade de Taubaté.

**Ruy Braga:** Fico feliz de ter contribuído com vocês. E boa sorte para vocês, e principalmente para a Revista.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse quadro mostra que, com a crise sanitária pandêmica, houve o acirramento das expressões da questão social, impactando diretamente o cotidiano das relações de produção e reprodução social dos trabalhadores, sobretudo dos que vivem em comunidades periféricas e que dependem do trabalho informal.

A pandemia evidenciou a situação de pobreza e miserabilidade que milhares de trabalhadores brasileiros já sofriam e se aprofundaram na atualidade. A análise feita demonstrou também que essa situação se combina com a precariedade das políticas sociais que não respondem às demandas sociais, como a moradia, a saúde, a educação, o emprego e renda, a alimentação, dentre outras.

Ruy Braga nos deu pistas dos mais diversos aspectos que merecem ser aprofundados do ponto de vista de uma análise teórico-político, partindo da centralidade do mundo do trabalho no sistema capitalista de produção e suas tendências, bem como dos aspectos políticos que perpassaram o golpe institucional ao governo Dilma (PT) em 2016 e a eleição de um governo de extrema-direita em 2018. Governo que teve como base as *fake news*, as milícias virtuais e reais, reestruturação do campo religioso, dentre outros aspectos que possibilitaram o “avanço desse projeto autoritário filofascista necropolítico de Jair Messias Bolsonaro” como disse Ruy Braga.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Ruy. Tempestade perfeita: autoritarismo, trabalho e pandemia. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-12A, maio, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-24>. Acesso em: 02 jun. 2020.